

## **DECISÃO N° 1758393, DE 31 DE JANEIRO DE 2022**

**Processo nº 25351.411151-2020-92**

**AIS nº 1480321206-GGFIS-DF**

**Autuada: FRANCISCO NASCIMENTO DA SILVA** [REDACTED]

A empresa **FRANCISCO NASCIMENTO DA SILVA** [REDACTED] foi autuada em 7 de maio de 2020 por fazer propaganda, expor à venda e comercializar o produto SEVICH MAQUIAGEM HAIR - importado, no sítio eletrônico [www.mercadolivre.com.br](http://www.mercadolivre.com.br), acessado em 10/04/2018 e 05/07/2019, sem que esse produto possua registro na ANVISA, os artigos 12 e 58 da Lei nº 6.360/1976; o artigo 7º e parágrafo § 3º do artigo 15 do Decreto nº 8077/2013; o artigo 23 da Resolução-RDC nº 7/2015. A(s) conduta(s) foi(ram) tipificada(s) no art. 10, IV, V, da Lei nº 6.437, de 1977.

Notificada da autuação em 9 de março de 2021 (fls. 77), a Autuada não apresentou defesa deixando transcorrer *in albis* o prazo do artigo 22 da Lei nº 6437/77.

A área autuante, seguindo o preceito do art. 22, §2º, da Lei nº 6.437, de 1977, manifestou-se em 18 de maio de 2021 pela manutenção do AIS (fls. 82-83), argumentando que está caracterizado nos autos o cometimento das infrações à legislação sanitária vigente, tendo a empresa autuada infringido o art. 12 e 58 da Lei nº 6.360/1976; o artigo 7º, § 3º do art. 15 do Decreto nº 8.077/2013 e o art. 23 da Resolução-RDC nº 7/2015 e classificou o risco sanitário da infração como alto, tendo em vista suas consequências para a saúde pública (fls. 83).

Inicialmente, analisando os autos, observo, salvo melhor juízo, que até o presente momento não ocorreu a prescrição em âmbito administrativo, conforme disciplina da Lei nº 9.873, de 1999.

Ademais, quanto à autuação, entendo que foram observados os princípios administrativos, inclusive os da ampla defesa e do contraditório, bem como os requisitos de validade do art. 13 da Lei nº 6.437, de 1977.

No mérito, corroboro o entendimento da área

autuante no sentido da manutenção do AIS, considerando os documentos de fls. 3-34, como a Notificação nº 332/2019/SEI/COISC/GIALI/GGFIS/DIRE4/ANVISA, bem como os documentos relativos à comercialização dos produtos consignados no AIS, que comprovam a autoria e materialidade da(s) infração(ões) sanitária(s). Ao cometê-la(s), a empresa descumpriu os dispositivos apontados no AIS, e por isso foi autuada.

Segundo o art. 12 da Lei nº 6.360, de 1976, nenhum produto cosmético poderá ser exposto à venda ou entregue ao consumo antes de registrado nesta Agência. Sobre este ponto, destaco que os produtos que não possuem registro não tiveram sua qualidade, segurança e eficácia comprovados pela Anvisa, o que implica em incerteza a respeito de qualquer de seus efeitos.

Ressalto, ainda, que os produtos sem registro em questão foram divulgados na internet, em um meio de comunicação de alta exposição e de acesso relativamente simples para grande parte da população, o que intensifica o risco sanitário.

Isso posto, passo à dosimetria da pena.

Para tanto, determina a Lei nº 6.437, de 1977, que se considere o risco sanitário da conduta infracional, os antecedentes da autuada quanto a anteriores condenações por infrações sanitárias e a sua capacidade econômica, nos termos dos arts. 6º, II e III, e 2º, §3º, respectivamente. Ademais, o art. 6º, I, dispõe que igualmente se levem em conta eventuais circunstâncias atenuantes e agravantes, conforme previsto nos arts. 7º e 8º da mesma Lei.

No caso em análise, a empresa está classificada como Microempresa (fls. 87), é primária no que se refere a anteriores condenações por infrações sanitárias (fls. 79) e praticou conduta cujo risco sanitário foi classificado como alto, pela área autuante (fls. 83).

Diante de tais constatações, é de se observar o disposto no art. 55 da Lei Complementar nº 123, de 2006, e na manifestação da Procuradoria junto à Anvisa no Parecer nº 0119/2019/CCONS/PFANVISA/PGF/AGU, que conclui que na atividade fiscalizatória por parte da ANVISA em microempresas e empresas de pequeno porte, que sejam primárias no que se refere a anteriores condenações por infrações sanitárias e onde as condutas sejam classificadas com grau de risco sanitário alto,

a “dupla visita” não é exigível antes da lavratura do auto de infração. Portanto, considerando que é a situação observada nos autos deste processo, o Auto de Infração em questão deve ser mantido.

Observados os pressupostos dos arts. 7º e 8º da Lei nº 6.437, de 1977, inexistem nos autos circunstâncias outras que possam ser consideradas como atenuantes ou agravantes, motivo pelo qual a infração será classificada como leve no que se refere ao valor da multa, de acordo com a regra do art. 4º, I, c/c art. 2º, § 1º, I, da Lei nº 6.437, de 1977.

Assim, considerado o porte econômico da empresa e o risco sanitário da infração cometida, a aplicação do valor mínimo não se prestaria à finalidade de desestimular novas práticas irregulares, pois pouco refletiria como penalidade financeira. Em outros dizeres, é preciso que haja algum impacto financeiro suficiente para desestimular novas condutas, mas o valor aplicado também não pode se exceder a ponto de impactar mais que o mínimo necessário para esse desestímulo.

Diante do exposto, julgo procedente a autuação e, com fundamento nos pareceres que me antecedem, a teor do que permite o art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784, de 1999, **mantenho o Auto de Infração Sanitária em epígrafe e aplico à autuada a penalidade de multa no valor total de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais), estabelecida conforme abaixo, e proibição da publicidade irregular.**

a) R\$ 8.000,00 (oito mil reais) por fazer propaganda e expor à venda o produto SEVICH MAQUIAGEM HAIR - importado, no sítio eletrônico [www.mercadolivre.com.br](http://www.mercadolivre.com.br), acessado em 10/04/2018 e 05/07/2019, (risco alto); e

b) R\$ 8.000,00 (oito mil reais) por comercializar o produto SEVICH MAQUIAGEM HAIR - importado, no sítio eletrônico [www.mercadolivre.com.br](http://www.mercadolivre.com.br), acessado em 10/04/2018 e 05/07/2019, (risco alto).

Publique-se no Diário Oficial da União e dê-se ciência à Autuada

TIAGO ALVES DE CARVALHO

Autoridade Julgadora - Portaria nº 516, de 9 de julho de 2020  
Coordenação de Atuação Administrativa e Julgamento das Infrações

Sanitárias  
CAJIS/DIRE4/ANVISA

---



Documento assinado eletronicamente por **Tiago Alves de Carvalho, Especialista em Regulação e Vigilância Sanitária**, em 01/02/2022, às 16:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/decreto/D10543.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10543.htm).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.anvisa.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **1758393** e o código CRC **30DC0B2C**.

---